

CONGRESSO NACIONAL

MPV 584 00021

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 16.10.2012	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 584, DE 2012			
AUTOR DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO – PDT/CE				Nº PRONTUÁRIO
TIPO				
1(X) SUPRESSIVA 2() SUBSTITUTIVA 3() MODIFICATIVA 4() ADITIVA 5() SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 27	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
Suprima-se o art. 27 da MP 584, <i>verbis</i> :				
"Art. 27. Fica a União autorizada, na forma que dispuser o Poder Executivo, a transferir recursos ao CIO, às empresas a ele vinculadas e ao RIO 2016 no montante correspondente aos valores por essas entidades recolhidos, entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, a título de tributos que não seriam devidos por elas caso as desonerações de que trata esta Medida Provisória estivessem em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012."				
JUSTIFICAÇÃO				
O direito não socorre aos que dormem. Não se pode pretender a utilização de recursos públicos para devolução de tributos baseando-se no fato hipotético de que esses "não seriam devidos caso as desonerações de que trata esta Medida Provisória estivessem em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012.				
Ademais, não há nenhuma referência a esse respeito na carta compromisso do governo brasileiro ao COI ou ao RIO 2016 (http://www.rio2016.org)				
				31
AS\$INATURA				
(Liver our)				

ubsecretaria de Apoio às Comissões Mistas Recebido em/6 / 10 /20/2, às 16:30 Rodrigo Bedritichuk - Mat. 220842

C:\Eugênio\P D T\André Figueiredo - Em. MP 584 9 doc

FL. Syrold